

RECURSO ESPECIAL Nº 1.710.953 - DF (2017/0295468-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : GUSTAVO DIEGO GALVÃO FONSECA - DF046407
RECORRIDO : GOES COHABITA PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - CURADOR ESPECIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. DOCUMENTO PARTICULAR. PRAZO QUINQUENAL. ART. 206, §5º, I, DO CC. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO NOS PRAZOS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 219 DO CPC/1973. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. SÚMULA 106 DO STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Conjugando-se o art. 202, I, do CC e o art. 219 do CPC/1973, deve-se entender que emerge como marco interruptivo da prescrição o despacho do juiz que determina a citação, desde que a citação se realize, e, acaso sejam observados os prazos assinados pelos parágrafos 2º e 3º do art. 219 do CPC/1973, a interrupção retroagirá à data da propositura da ação.

2. Se o credor/exequente não promove a citação do devedor/executado no prazo previsto no art. 219, §§ 2º e 3º do CPC/1973, deixando transcorrer o prazo quinquenal previsto no art. 206, §5º, I, do CC, cabível o pronunciamento da prescrição da pretensão executória.

3. Não há falar em morosidade do mecanismo do judiciário e, em consequência, em aplicação do enunciado sumular nº 106 do Superior Tribunal de Justiça, se a demora na citação não pode ser atribuída àquele poder, mas tão somente à falta da adequada impulsão do processo pela parte autora.

4. Apelação conhecida e não provida." (e-STJ fl. 492/493)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 530/546)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 202-I do CC/02, 219-§2º do CPC/73 e 503-§1º do CPC/15, sustentando, em síntese, que, em atitude contrária à coisa julgada e a segurança jurídica, o acórdão recorrido manteve a sentença que pronunciou a prescrição da pretensão do recorrente sob o fundamento de demora na citação do executado, mesmo tal fundamento já tendo sido afastado em acórdão anterior transitado em julgado.

Apresentadas contrarrazões às fls. 578/587 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

O recorrente alega ofensa à coisa julgada, sustentando que o acórdão recorrido pronunciou a prescrição da pretensão do recorrente por demora na citação do executado, mesmo tal fundamento já tendo sido afastado em acórdão anterior transitado em julgado.

Sobre tal alegação, a Corte de origem dispôs:

"Ademais, não há a alegada contradição, na medida em que o acórdão de fls. 326/332 cassou a sentença anteriormente proferida, que extinguiu o processo por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido, em razão da ausência de citação, não se pronunciando sobre a questão da prescrição, objeto do acórdão embargado." (e-STJ fl. 540)

De fato, da leitura do primeiro acórdão proferido pela Corte de origem, verifica-se que, embora a primeira sentença tenha julgado extinto o feito por ter sido pronunciada a prescrição, o TJDF, ao julgar a apelação ali interposta, não se pronunciou sobre o tema, tendo analisado tema diverso, qual seja, a possibilidade de extinção do feito por ausência dos pressupostos processuais de desenvolvimento do processo, senão vejamos:

"Desse modo, percebe-se que o feito foi extinto em razão do autor não ter localizado a parte ré para fins de citação e não ter comprovada a distribuição da carta precatória expedida.

Sem embargo, verifica-se que o caso em tela não se amoldado à hipótese legal, pois, não se tratando a citação a um verdadeiro pressuposto processual, a demora em sua realização não pode ser utilizada como fundamento apto a justificar a extinção do feito sem julgamento do mérito, nos moldes do previsto no art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.

De fato, não se tratando de ausência atinente a elementos

específicos de um determinado tipo de ação e/ou procedimento, o processo não pode ser extinto, sem resolução do mérito, por falta de citação, nos termos do artigo 267, IV, do Código de Processo Civil.

(...)

O art. 219, §§ 2º e 3º, do CPC, ao estabelecer prazos definidos para a realização da citação, não deve ser interpretado de maneira isolada, mas, sim, de acordo com o restante do ordenamento jurídico pátrio, de forma que o não cumprimento dos prazos para citação não podem ensejar, por si só, a extinção do feito com base no art. 267, inciso IV, do CPC.

De outro modo, somente seria possível a extinção do feito ocasionada pela demora da citação do réu se o caso amoldar-se na previsão legal contida no inciso III, do art. 267 do CPC, hipótese, em que estaria configurado um abandono da causa pela parte autora, ao não obedecer aos reclamos judiciais, não sendo o caso dos autos. " (e-STJ fl. 375/379)

Dito isto, tem-se que caberia ao recorrente, na ocasião, interpor o recurso cabível a fim de que a Corte de origem analisasse efetivamente o fundamento adotado na sentença, uma vez que a matéria ali discutida tratava de matéria diversa. Contudo, naquele momento, não havia interesse recursal do recorrente, uma vez que na parte dispositiva fora dado provimento à sua apelação para extinguir a sentença que reconheceu a prescrição, ainda que por fundamento incorreto.

Assim, ainda que se reconheça a existência de equívoco quando ao fundamento da sentença discutido no acórdão primeiramente proferido, o fato é que, naquele momento, não houve pronunciamento do TJDFT sobre o tema da prescrição, o que impede o reconhecimento da coisa julgada pleiteada pelo recorrente.

Vale lembrar que ainda que a Corte de origem tenha, naquela ocasião, analisado as razões pela demora no ato citatório, a qualidade de imutabilidade e indiscutibilidade própria das decisões transitadas em julgado somente se agregaram à parte dispositiva do *decisum*, que não se pronunciou sobre a prescrição. Neste sentido:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DESVINCULAÇÃO DA AÇÃO PRINCIPAL AO QUE DECIDIDO NA CAUTELAR PREPARATÓRIA. OFENSA À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. REDUÇÃO

DE VERBA HONORÁRIA. ABUSIVIDADE NÃO CARACTERIZADA.

1. O julgador não está obrigado a se manifestar sobre cada uma das alegações das partes, tampouco a enfrentar todas as teses expendidas em suas manifestações, respondendo, um a um, os argumentos nelas deduzidos, quando a decisão está suficientemente fundamentada.

2. A decisão prolatada em ação cautelar preparatória, porque fundada em juízo de verossimilhança, não vincula o resultado da ação principal. Precedentes.

3. A qualidade de imutabilidade e indiscutibilidade própria das decisões transitadas em julgado somente se agrega à parte dispositiva do decisum. Não fazem coisa julgada os motivos e os fundamentos da decisão judicial.

4. No caso, o exame das questões relativas à legalidade do protesto e, por conseguinte, ao dano moral, esbarram na Súmula n. 7/STJ. A pretensão recursal, da forma como encaminhada, não pode ser acolhida sem que se estabeleça, previamente, que a credora anuiu em receber a segunda parcela da dívida com atraso e com dispensa de multa e correção monetária. Havendo o Tribunal de origem afirmado que não há prova nos autos dessa anuência, impossível afirmar o contrário sem reexaminar o caderno fático-probatório.

5. O acórdão recorrido entendeu que não seriam devidos danos materiais porque a conduta do agente não poderia ser considerada ilícita à luz das cláusulas do contrato. Incidência da Súmula n.

5/STJ. Afastada a ilicitude da conduta não faz sentido discutir sobre a prova do dano.

6. A revisão dos honorários advocatícios fixados pelas instâncias ordinárias somente é admissível no âmbito desta Corte em situações excepcionais, quando o valor arbitrado revelar-se manifestamente irrisório ou excessivo. Trata-se de exceção que afasta o óbice da Súmula n. 7/STJ. No presente caso, os honorários advocatícios foram estabelecidos em quantia que não se mostra excessiva.

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1058585/RN, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 30/03/2015)

Superada a questão da coisa julgada, Corte de origem assim se manifestou sobre a responsabilidade pela demora no ato citatórios e configuração da prescrição:

"No caso dos autos, contudo, não há falar em demora na citação imputável exclusivamente ao serviço judiciário, por motivos

inerentes ao mecanismo da justiça. Vejamos.

Ajuizada a ação de execução, e cumprida a ordem de emenda (fls. 24/26), foi determinada a citação por carta precatória em 14/02/2006 (fl. 28).

O exequente, inconformado com os honorários arbitrados, interpôs agravo de instrumento. Negado provimento ao agravo, foi interposto recurso especial, o qual teve seu processamento indeferido, vindo a parte a agravar de instrumento tal decisão. Negado provimento ao agravo de instrumento interposto perante o c. STJ, o recorrente interpôs agravo regimental, ao qual foi, também, negado provimento.

Intimado para se manifestar sobre o andamento da precatória por quatro vezes (fls. 60, 62, 64 e 66), o autor comprova a distribuição e recolhimento das custas da carta precatória em 19/07/2007.

Intimado a promover o andamento do feito, o banco autor limita-se a informar que, pela consulta processual, a carta precatória estaria conclusa, nada requerendo.

Novamente intimado para se manifestar sobre o cumprimento da precatória, o exequente requer a expedição de ofício ao Juízo Deprecado, o que é deferido à fl. 132 e reiterado à fl. 139.

Após nova intimação, o requerente pleiteia a expedição de novo ofício, pedido este deferido pela decisão de fl. 165.

Devolvida a carta precatória sem cumprimento, o banco autor foi intimado para se manifestar em três oportunidades (fls. 214, 216 e 218), oportunidade na qual requereu a suspensão do processo, o que foi deferido pela decisão de fl. 226.

Transcorrido o prazo sem manifestação da parte (fl. 233), a parte foi intimada para promover o andamento do feito (fl. 235), esta requereu o arresto nas contas da executada, sem informar o valor do débito (fls. 237/238). Sendo intimada para tal mister, requereu a suspensão do feito (fls. 245/246), colacionando a citada planilha posteriormente, às fls. 250/256.

O pedido de arresto de ativos financeiros da apelada foi indeferido, contudo, o d. juízo a quo determinou a pesquisa de endereço através dos sistemas INFOSEG, BACENJUD e RENAJUD (fls. 261/262).

Requerido pelo exequente a expedição de nova carta precatória, às fls. 272/273, este foi intimado para instruí-la e providenciar sua distribuição (fl. 280), sendo feito novo pedido de suspensão, pelo prazo de 30 dias (fls. 283/284).

Transcorrido o prazo sem manifestação, o requerente foi intimado a comprovar a distribuição da carta precatória (fl. 289), este veio, mais de 3 meses após a emissão da precatória requerida, pedir sua expedição por malote digital (fl. 291), oportunidade na qual o d. juiz sentenciante pronunciou a prescrição da pretensão executória,

extinguindo o processo com resolução do mérito (fl. 297).

Cassada a sentença por acórdão que não analisou a prescrição (art. 269, IV, do CPC/1973), mas sim a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 267, IV, do CPC/1973), a parte autora, por descuido ou porque tal decisão lhe beneficiava, nada arguiu, tendo o acórdão transitado em julgado e os autos sido devolvidos ao juízo a quo.

Intimado para se manifestar sobre o retorno dos autos (fl. 337), o credor requereu a citação por edital - medida esta citada como não requerida pela sentença de fl. 297 -, a qual foi deferida pela decisão de fl. 343, ocorrendo a citação em 23/12/2015.

Verifica-se, assim, que foram realizadas todas as diligências requeridas pela apelante, tendo sido, inclusive, realizadas diligências de ofício, não se podendo responsabilizar o judiciário pela não localização da parte devedora, razão pela qual não é aplicável a Súmula 106 do c. Superior Tribunal de Justiça." (e-STJ fl. 500/501)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta

Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TÍTULO DE CRÉDITO. CHEQUE. AÇÃO MONITÓRIA. CITAÇÃO REALIZADA APÓS O TRANSCURSO DOS PRAZOS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 219 DO CPC/1973. INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. NÃO INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. REVISÃO DO ACÓRDÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do art. 219, § 4º, do CPC/1973, "não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição", a qual somente se interrompe, com efeitos retroativos à data da propositura da ação, quando verificada que sua demora se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, nos termos da Súmula 106/STJ.

2. O Tribunal de origem concluiu que, por inércia da parte exequente, os executados não foram citados nos prazos do art. 219, §§ 2º e 3º, do CPC/1973, de modo que a prescrição não foi interrompida.

3. A alteração do entendimento firmado, no sentido de reconhecer que a demora na citação decorreu de ato estranho aos exequentes, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 858.142/DF, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 30/09/2016)

Ademais, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - CHEQUE - DEMORA NA CITAÇÃO NÃO ATRIBUÍVEL AO PODER JUDICIÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, a ação monitória fundada em título de crédito prescrito está subordinada ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos de que trata o artigo 206, § 5º, I, do Código Civil.

2. O Tribunal de origem, com base na análise dos elementos fáticos dos autos, entendeu que houve a implementação da prescrição no caso concreto, em razão da demora do autor em promover a citação da demandada. Dessa forma, a reforma do acórdão recorrido, para se entender pela inoccorrência da prescrição no caso concreto, demandaria, inevitavelmente, a incursão no acervo fático-probatório, prática vedada pela Súmula 07 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 742.484/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 10/05/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de fixar os honorários recursais tendo em vista que não foram arbitrados honorários advocatícios na origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator